

DESCONCENTRAÇÃO DO CONSUMO EM MEIO À CONCENTRAÇÃO DE RENDA? EVOLUÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE DE GASTOS ENTRE 1996 E 2003 NO BRASIL METROPOLITANO

Tatiane Almeida de Menezes
PIMES-UFPE

Raul da Mota Silveira Neto
PIMES-UFPE

Resumo

A partir da utilização dos micros dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) dos biênios 1995-96 e 2002-03 e considerando especificamente o Brasil metropolitano, o trabalho fornece evidências a respeito da evolução da desigualdade da distribuição dos gastos familiar *per capita* e da distribuição do consumo familiar *per capita*. Entre os resultados mais importantes, mostra-se, primeiro, que a diminuição da desigualdade de ambas as dimensões das despesas é mais robusta que aquela apresentada para distribuição da renda familiar *per capita*. Segundo, que a dinâmica dos gastos em consumo é responsável por cerca de 47,5% da queda do índice de Gini para a distribuição dos gastos totais entre os biênios. Terceiro, que as dinâmicas dos gastos com Habitação, Higiene e Cuidados Pessoais e Vestuário favoreceram a diminuição da desigualdade na distribuição do consumo, enquanto que as dinâmicas dos gastos com Educação, Saúde, Alimentação e Serviços Pessoais impediram uma maior diminuição desta desigualdade. Por fim, considerando-se os casos específicos das regiões metropolitanas de Recife e São Paulo, são apontadas importantes diferenças regionais com respeito às dinâmicas de desigualdade dos gastos, destacando-se a maior queda da desigualdade dos gastos e do consumo na primeira RM.

Palavras-chave: desigualdade, gastos, consumo, índice de Gini.

Abstract

By using micro data from POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) for years of 1995-96 and 2002-03 and considering Brazilian metropolitan population, the paper presents evidence about the evolution of the inequality levels for *per capita* familiar spending and *per capita* familiar consumption distributions. Among the most important results, it shows that, first, the reductions in the inequality levels for these distributions are more robust than those of *per capita* familiar income distribution. Second, it shows that the *per capita* familiar consumption inequality reduction is responsible for 47.5% of the inequality reduction observed for total spending. Third, it is also found that, on one hand, spending dynamic of Habitation, Hygiene and Personal Care and of Wearing favored total consumption inequality and, on the other hand, the dynamic spending of Education, Health, Food and of Personal Services favored total consumption inequality increasing. Finally, by taking Recife and São Paulo metropolitan regions as focus, the paper also shows that there are important regional differences to consider when dealing with spending inequality dynamic.

Key-words: inequality, expenditure, consumption, Gini index.

Área 11: Economia Social e Demografia

Código JEL: O12, O15, O18.

Desconcentração do Consumo em meio à Concentração de Renda? Evolução e Decomposição da Desigualdade de Gastos entre 1996 e 2003 no Brasil Metropolitano

1. Introdução

Recentemente, um conjunto de trabalhos apontou para um importante movimento na distribuição da renda familiar *per capita* brasileira: ao menos desde a segunda metade dos anos 90 do século passado, o nível de desigualdade tem se reduzido (Barros, et. al. 2006; Ferreira, et. al., 2006; Hoffman, 2006; Soares, 2006). Tal movimento merece destaque, já que, como se sabe, as condições de bem-estar e pobreza da população do país são fortemente vinculadas ao elevado nível de desigualdade na distribuição da renda.

Pouca evidência, contudo, foi até aqui apresentada a respeito da evolução da desigualdade da distribuição dos gastos ou consumo das famílias do país, variáveis mais diretamente vinculadas ao bem-estar da população. Na verdade, além deste maior vínculo com as condições de bem-estar, como bem já havia destacado Hoffman (2000), a consideração da evolução da distribuição dos gastos ou consumo familiar *per capita* permite, em alguma medida, transplantar as dificuldades na mensuração da renda, já que parte desta é sabidamente omitida nas pesquisas domiciliares como, por exemplo, a PNAD. Adicionalmente, a possibilidade de decompor as mudanças dos níveis de desigualdade da distribuição do consumo entre as mudanças dos diferentes tipos de gastos (ex. alimentação, habitação, educação, etc.) permite uma compreensão mais precisa a respeito da natureza das mudanças na distribuição dos níveis de bem-estar da população.

A partir da utilização de micro dados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF), o objetivo deste trabalho é fornecer um conjunto de evidências a respeito da evolução dos níveis da desigualdade do gasto familiar *per capita* e do consumo familiar *per capita* da população das regiões metropolitanas brasileiras entre os biênios de 1995-96 e 2002-03 que permita uma maior compreensão da evolução dos desníveis de bem-estar desta população.

Neste sentido, primeiro, compara a evolução dos níveis de desigualdade da renda familiar *per capita* com aquelas do gasto familiar *per capita* e do consumo familiar *per capita*. Em seguida, através de uma decomposição, investiga em que medida a constatada diminuição da desigualdade dos gastos totais é explicada pela diminuição dos níveis de desigualdade dos gastos em consumo e ou dos demais gastos. Adicionalmente, aplicando-se a mesma decomposição, são determinados os diferentes tipos de gastos em consumo responsáveis pela diminuição da desigualdade da distribuição do consumo total familiar *per capita* entre os biênios 1995/96 e 2002-03. Por fim, considerando-se especificamente as regiões metropolitanas do Recife e de São Paulo, as mais populosas das regiões mais pobre e mais rica do país, são apontadas importantes diferenças regionais tanto no ritmo de queda da desigualdade do consumo familiar *per capita*, como na natureza da diminuição de sua desigualdade.

Além desta introdução, o trabalho apresenta mais quatro seções, Na próxima, descreve os dados utilizados na pesquisa e apresenta evidências iniciais a respeito da evolução da desigualdade da renda e dos gastos. Na seção três, são apresentadas a metodologia de decomposição utilizada e os principais resultados as pesquisa. Na

seção quatro, são apresentadas evidências específicas para as regiões metropolitanas do Recife e de São Paulo. As conclusões são apresentadas na quinta e última seção.

2. Descrição dos dados e evidências iniciais

Os principais resultados deste trabalho foram obtidos com a utilização dos micro dados da Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (POF). Esta pesquisa fornece a estrutura de gastos das famílias brasileiras, tendo sido realizada em três períodos: 1987-88 1995-96 e 2002-03. As POFs disponibilizam também informações de renda e sócio-econômicas como idade, raça, grau de instrução e sexo do chefe do domicílio, número de pessoas da família, etc. Tal pesquisa tem por finalidade a construção da estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor do IBGE, desta forma as duas primeiras POFs foram realizadas apenas nas regiões metropolitanas brasileiras: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, mais a cidade de Goiânia e o Distrito Federal (para facilitar a exposição, a partir deste momento serão todas chamadas de cidades). Nestas cidades foram acompanhadas 14.000 famílias em 1988 e 16.000 famílias em 1996. Em 2002 a POF passou a ter abrangência nacional, entrevistando 48.568 famílias em todos os Estados brasileiros. Outra importante diferença entre as duas primeiras POFs e a última é que nas duas primeiras foram geradas informações apenas monetárias, enquanto na última existem dados de consumo e renda monetária e não monetária.

Nesta pesquisa, optou-se por empregar dados apenas das duas últimas POFs, uma escolha motivada por duas razões principais. Primeiro, o período entre 1988 e 1996 inclui parte dos anos de hiperinflação do final dos anos 80, o que torna as comparações de bem-estar através dos gastos mais imprecisas. Por sua vez, como mostraram recentemente Hoffman (2006) e Soares (2006), no período entre 1996 e 2003 há significativa redução da desigualdade de renda no país, um comportamento, porém, não encontrado para o Brasil metropolitano. Assim, o foco neste período permite investigar em que medida a dinâmica de desigualdade dos gastos em consumo reflete aquela da desigualdade da renda num período de inflação baixa, onde, simultaneamente, há expansão do crédito e mais fácil planejamento dos gastos.

Neste sentido, a compatibilização da POF 2002-03 com a POF 1995-96 requer a utilização apenas dos dados monetários para as 11 cidades acima citadas. Além destes, outros ajustes foram necessários serem feitos para permitir a comparação das duas pesquisas. Primeiro, o item aquisição de veículos próprios na POF de 2002-03 consta do grupo transporte, enquanto na POF de 1995-06 encontrava-se em aumento do ativo. Seguindo Diniz *et al.* (2007) retirou-se do grupo transporte da POF 2002-03 os gastos com veículos próprios. Além disto, diferentemente da POF de 1995-96, a POF 2002-03 imputa aos imóveis próprios os possíveis gastos com alugueis, o que implicou a necessidade de suprimir tais dados na análise. A tabulação dos dados com saúde também sofreu grandes alterações entre as duas POFs, o que, mais uma vez, para comparabilidade, levou a adoção das orientações sugeridas em Diniz *et al.* (2007) na organização destes dados. Feitos os devidos ajustes, para o ano de 2002-03, restaram 7.245 famílias nas 11 cidades.

No que diz respeito aos rendimentos, Diniz *et al.* (2007) comparam as rendas da POF, 2002-03 com o da PNAD 2002 e mostram que existem diferenças importantes na formação da renda entre as duas pesquisas. De acordo com a

avaliação destes autores, nas PNADs, a coleta dos rendimentos abrangem amostras mais expressivas, tendo assim uma maior precisão na mensuração das rendas mais frequentes, ou melhor, que não sofrem variações expressivas durante o ano, como é o caso das aposentadorias e pensões. Entretanto, na PNAD, a coleta da informação é feita com base no último recebimento mensal e não se conta com controles sobre o valor declarado. Por outro lado, na POF o período de referência dos dados de rendimentos são os 12 meses anteriores ao preenchimento do questionário, e as despesas são parâmetros para a renda declarada. Com isso, observa-se na POF uma melhor apuração dos chamados “outros recebimentos”, ou seja, daqueles originários de aluguéis, vendas, doações, auxílios, aplicações de capital, assim como uma captação melhor do total da renda.

A tabela 1, a seguir, apresenta as informações de gastos e renda, para as 11 cidades em estudo nos biênios de 1995-96 e 2002-03. Os gastos globais são divididos entre gastos com bens de consumo e demais gastos. Nesta última categoria de gastos estão incluídos as despesas com impostos e taxas, com aumento no ativo e com a redução do passivo. Com base no micro dados da POF, os gastos em consumo foram subdivididos em doze grupos que são descritos em detalhes no quadro A1 do apêndice.

Tabela 1 – Renda familiar *per capita*, Gasto familiar *per capita* e Consumo familiar *per capita* – Regiões metropolitanas do Brasil (valores em R\$ de 2003).

RM	Renda familiar	Renda familiar	Gasto familiar <i>per</i>	B/A	Consumo	C/B
	<i>per capita</i>	<i>per capita</i>	<i>capita</i> Global		familiar <i>per</i>	
	PNAD	POF (A)	(B)	(%)	<i>capita</i> (C)	(%)
	1996					
Belém	418,65	454,01	400,79	88,3	318,38	79,4
Fortaleza	318,44	386,42	333,07	86,2	252,88	75,9
Recife	345,41	386,73	361,12	93,4	288,88	80,0
Salvador	410,28	427,27	390,58	91,4	313,06	80,2
B. Horizonte	468,32	667,03	637,85	95,6	436,86	68,5
R. de Janeiro	610,65	694,11	537,64	77,5	391,12	72,7
São Paulo	680,46	830,41	716,34	86,3	499,73	69,8
Curitiba	624,95	770,65	704,69	91,4	486,96	69,1
P. Alegre	616,11	819,34	686,28	83,8	472,74	68,9
Goiânia	-	692,71	555,35	80,2	375,30	67,6
D. Federal	681,98	899,97	741,64	82,4	511,10	68,9
Total	580,65	702,35	598,92	85,0	426,05	71,1
	2003					
Belém	276,93	320,74	334,37	104,2	262,32	78,5
Fortaleza	269,51	387,92	395,51	102,0	283,70	71,7
Recife	278,42	374,00	395,44	105,7	299,60	75,8
Salvador	318,31	468,76	477,13	101,8	346,55	72,6
B. Horizonte	427,05	638,07	557,66	87,4	384,16	68,9
R. de Janeiro	529,72	695,03	665,24	95,7	487,10	73,2
São Paulo	528,17	711,31	665,83	93,6	468,45	70,4
Curitiba	476,20	701,77	667,02	95,0	476,74	71,5
P. Alegre	539,45	672,24	606,92	90,3	426,33	70,2
Goiânia	-	576,58	539,16	93,5	400,98	74,4
D. Federal	681,18	832,06	791,78	95,2	540,70	68,3
Total	472,70	634,46	601,07	95,0	429,44	71,4

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da PNAD e da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE. As informações da PNAD não são desagregadas para a região metropolitana de Goiânia.

Os valores das duas primeiras colunas da tabela 1 sugerem que, de forma geral, os valores de renda da PNAD encontram-se subestimados, uma vez que as rendas medidas por esta pesquisa são quase sempre menores que aquelas aferidas pela POF. Muito provavelmente, como adiantado acima, tal subestimação decorre da mensuração incompleta das fontes de renda não-regulares. Entretanto, as duas colunas apontam para um movimento comum de queda da renda entre 1995-96 e 2002-03 (18,6% no caso da renda da PNAD e 9,7% para a renda da POF).

A renda e os gastos familiares *per capita* médios do Brasil Metropolitano apresentam movimentos opostos, quando medidos pelas duas POFs. Em 1996, a renda familiar *per capita* era de R\$ 702,35 caindo para R\$634,46, em 2003; enquanto isto, os gastos totais subiram de R\$598,92, em 1996, para R\$601,07, em 2003. Este movimento elevou a participação dos gastos como proporção da renda. Mais especificamente, em 1996 os gastos globais no Brasil Metropolitano correspondiam em média a 85% da renda familiar *per capita*, já em 2003 esta porcentagem se eleva para 95%. Observe-se, também, que, para as cidades do Norte e Nordeste, o gasto familiar *per capita* médio é superior à renda familiar *per capita* média no último biênio, o que sugere fontes de renda ainda não declaradas ou apreendidas pela POF nestas regiões. Os gastos em consumo também apresentam elevação entre as duas POFs, mas se mantêm como uma proporção constante (71%) dos gastos globais, embora haja variações nesta dinâmica entre as regiões metropolitanas¹.

Observe-se que a expansão dos gastos em meio à retração da renda entre os anos analisados pode ser consistente tanto com a expansão do crédito e mais fácil planejamento de dispêndio sob um ambiente de baixa inflação, como com um movimento no sentido de melhor distribuição de renda, uma vez que os mais pobres apresentam, em geral, maior propensão ao dispêndio. Os valores da tabela 2, a seguir, contudo, desautorizam a segunda explicação, ou seja, indica que a expansão do gasto e consumo parece ocorrer em meio a uma tendência de elevação da concentração da renda familiar *per capita*.

Tabela 2 – Evolução da desigualdade da renda e de gastos entre 1996 e 2003 – Brasil metropolitano

Medidas de desigualdade	Renda familiar <i>per capita</i> PNAD		Renda familiar <i>per capita</i> POF		Gasto familiar <i>per capita</i> Global		Consumo familiar <i>per capita</i>	
	1996	2003	1996	2003	1996	2003	1996	2003
Gini	0,5770	0,5802	0,5960	0,5990	0,5791	0,5645	0,5281	0,5132
Theil - T	0,5979	0,6073	0,6715	0,6901	0,6350	0,5904	0,5179	0,4792
Renda 10% mais ricos / 40% mais pobres	21,36	21,99	26,50	23,98	23,21	19,36	16,17	14,32
Renda 20% mais ricos / 20% mais pobres	22,88	23,12	29,37	28,15	25,95	21,70	18,83	15,91

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da PNAD e da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

De fato, as variações nos níveis de desigualdade obtidas a partir dos quatro indicadores tradicionalmente utilizados nos estudos de desigualdade mostram que

¹ Além destes movimentos em sentido contrários da renda e dos gastos observado para o Brasil metropolitano como um todo, as RMs de Recife, Goiânia e Distrito Federal também apresentam crescimento dos gastos em consumo em meio à queda da renda.

enquanto todas as evidências apontam para diminuição da desigualdade da distribuição dos gastos e consumo familiar *per capita*, para a renda, apenas nos dois últimos indicadores e, ainda assim, apenas para a renda da POF há alguma evidência de redução de desigualdade.

Nas próximas seções, procura-se fornecer informações que permitam maior compreensão desta dinâmica de diminuição da desigualdade dos gastos e do consumo em meio à tendência de elevação da concentração da renda. Neste sentido, a partir da decomposição dos níveis de desigualdade para os anos de 1996 e 2003, três etapas são seguidas. Primeiro, observa-se quais as fontes de renda responsáveis pela elevação da concentração da renda familiar *per capita* total. A seguir, investiga-se a importância da dinâmica da desigualdade dos gastos em consumo para a diminuição da concentração dos gastos globais. Por fim, mostra-se a influência dos diferentes gastos em consumo para o comportamento observado de diminuição da desigualdade deste gasto apontada acima.

3. Decomposição da evolução da desigualdade da renda e dos gastos entre 1996 e 2003 para o Brasil metropolitano

3.1 Metodologia

Neste trabalho, os níveis de desigualdade de gastos totais e suas mudanças entre 1996 e 2003 são decompostos a partir da mesma metodologia utilizada recentemente por Hoffman (2004, 2006) e Soares (2006a, 2006b) para a desigualdade de renda no Brasil. Em uma situação em que os gastos totais resultam da agregação de diferentes tipos de gastos (ex. consumo e não-consumo), o coeficiente de Gini pode ser expresso pela soma das razões ou coeficientes de concentração multiplicados pelos respectivos pesos dos diferentes tipos de gastos. Ou seja, formalmente, o valor do coeficiente de Gini (G) pode ser expresso como:

$$G = \sum_{i=1}^n \alpha_i C_i \quad , \quad (1)$$

onde n é o número de diferentes tipos de gastos da população em foco, α_i corresponde a participação da parcela i no gasto total e C_i é a razão ou coeficiente de concentração da mesma parcela. Por sua vez, esta última razão ou coeficiente é obtido a partir da curva de concentração, que mostra como, mantida a ordenação crescente do gasto total, a proporção acumulada da parcela i varia em função da proporção acumulada da população. Mais especificamente, definindo β_i como a área entre a curva de concentração para a fonte i e o eixo das abscissas, a razão ou coeficiente de concentração referente a esta parcela é obtido como:

$$C_i = 1 - 2.\beta_i \quad , \quad (2)$$

onde pode-se mostrar que $-1 < C_i < 1$. Tal intervalo, que difere daquele do índice de Gini ($0 \leq G < 1$), decorre do fato de que, já que a ordenação no eixo das ordenadas é dada através da ordenação crescente da renda total (e não da parcela i da renda), a curva de concentração é não-decrescente (e não crescente, como no caso da Curva de Lorenz)².

Para duas datas, t e $t-1$, é possível observar, pois, quanto da variação do índice de Gini é determinado pela variação da desigualdade das diferentes parcelas ou fontes de

² Por exemplo, se todo o gasto da parcela de consumo estivesse direcionado para os 50% mais pobres (ordenados em termos de gasto total), a curva de concentração para esta parcela de renda seria horizontal para os demais 50%, ao contrário da curva de Lorenz que é sempre crescente.

gasto (efeito-concentração) e quanto deriva da variação das participações destas parcelas ou fontes na gasto total (efeito-participação). Como mostrou Hoffman (2006), definindo os índices de Gini nas correspondentes datas:

$$G_{t-1} = \sum_{i=1}^n \alpha_{it-1} C_{it-1} \text{ e } G_t = \sum_{i=1}^n \alpha_{it} C_{it}, \text{ tem-se:}$$

$$\Delta G = \sum_{i=1}^n (\alpha_{it} C_{it} - \alpha_{it-1} C_{it-1}), \quad (3)$$

resultado que também pode ser expresso como:

$$\Delta G = \sum_{i=1}^n (\bar{C}_i - \bar{G}) \Delta \alpha_i + \sum_{i=1}^n \bar{\alpha}_i \Delta C_i, \text{ onde } \bar{G} = \frac{1}{2}(G_t + G_{t-1}). \quad (4)$$

Com a primeira soma representando um efeito-participação, observa-se que o aumento da participação de uma parcela do gasto que apresenta um nível de concentração menor (maior) que aquele verificado para o gasto total contribui para diminuição (aumento) da desigualdade da renda total³. Já a segunda soma, que representa o um efeito-concentração total, mostra o impacto de variações nos níveis de concentração das diferentes parcelas ou fontes de gasto na variação do nível de desigualdade do gasto total.

Deve ser evidente que, a partir da equação (4), além de obter as contribuições totais do efeito-participação e do efeito-concentração para a variação do Gini, é possível obter as contribuições parciais destes dois efeitos para cada parcela ou fonte de gasto (por exemplo, para a parcela i $\bar{\alpha}_i \Delta C_i / \Delta G =$ efeito-concentração e $(\bar{C}_i - \bar{G}) \Delta \alpha_i / \Delta G =$ efeito-participação) e as contribuições totais de cada parcela ou fonte de gasto para a variação da desigualdade (dada pela soma destes dois efeitos). Nas próximas sub-seções, tal decomposição é utilizada tanto para a renda familiar *per capita*, quanto para os gastos familiar *per capita*.

3.2 Decomposição do nível de desigualdade da renda e de suas mudanças entre 1996 e 2003

A magnitude e a perenidade das variações de renda dependem, entre outras coisas, de quais das fontes de renda são responsáveis por tais variações na renda total. Num exemplo extremo, variações da renda do trabalho apresentam um impacto supostamente mais perene sobre a renda total que as variações de renda derivadas de doações. Além disto, as diferentes fontes de renda têm pesos distintos na composição da renda total, o que implica diferenças de responsabilidades das fontes nas variações da renda total. Parece útil, portanto, iniciar a investigação dos fatores responsáveis pela diminuição da desigualdade dos gastos em consumo entre 1996 e 2003 vista acima a partir de um maior entendimento das fontes de renda responsáveis por alterações da desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* do Brasil metropolitano no referido período. A decomposição apresentada na subseção anterior é, desta forma, inicialmente aplicada à desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita*.

Numa escolha que envolveu um balanço entre a natureza da origem da renda e as possibilidades de partição das diversas rendas presentes nas informações da PNAD, para decomposição da desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita* total e de

³ Assumiu-se a sugestão de Hoffman (2006) de se utilizar a média aritmética dos índices de Gini e das participações dos dois períodos.

suas mudanças entre 1996 e 2003, foi assumida a seguinte partição ou divisão por categorias de renda: i) renda do trabalho, ii) renda de aposentadorias e pensões, iii) renda dos juros de aplicações, dividendos e outros rendimentos (denotada por “juros, dividendos e transferências”) e iv) renda de aluguéis e doações⁴. A partir desta partição, os valores da tabela 3, a seguir, mostram as diferentes contribuições destas fontes de renda de acordo com a equação (6) apresentada na sub-seção anterior.

Tabela 3 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para distribuição da renda domiciliar *per capita* – Brasil metropolitano – 1996-2003 – Valores em % da variação do índice de Gini.

	Contribuição do efeito-participação (%)	Contribuição do efeito-concentração (%)	Contribuição Total (%)
Renda do Trabalho	18,3	41,1	59,4
Aposentadorias e Pensões	49,4	134,2	183,6
Juros, dividendos e transferências	-10	-74,8	-84,8
Aluguéis e doações	-23,1	-35,1	-58,2
Renda Total	34,6	65,4	100,0

Fonte: cálculo dos autores a partir de dados da PNAD.

Os valores da tabela permitem observar que tanto a dinâmica da renda do trabalho com, principalmente, aquela das aposentadorias e pensões contribuíram para a elevação do índice de Gini da distribuição da renda familiar *per capita* do Brasil metropolitano de um valor de 0,5770, em 1996, para um valor de 0,5802, em 2003. Por outro lado, tal elevação só não foi maior porque as rendas dos juros, dividendos e transferências e aluguéis e doações apresentaram uma redistribuição em favor das famílias de menores rendas *per capita*.

Tal resultado difere, assim, daqueles obtidos por Hoffman (2006), para o período 1997-2004, e Soares (2006), para o intervalo 1995-2004, considerando o Brasil com um todo, onde, em ambos os casos, os resultados indicam que tanto a renda do trabalho, como a renda dos juros, dividendos e transferências são as principais fontes de renda que explicam a queda da desigualdade da renda medida pelo índice de Gini.

Mais importante para análise dos gastos a seguir, note-se, contudo, que o comportamento da dinâmica de distribuição da renda dos juros, dividendos e transferências apresentado acima é explicado pela elevação das transferências públicas de renda no período e estas têm função importante na elevação do consumo das famílias de menor renda *per capita*. No mesmo sentido, a contribuição favorável à diminuição da desigualdade de renda da fonte aluguéis e doações apontada acima é consistente com a diminuição da concentração dos gastos em consumo do componente habitação, de maior peso entre os grupos de despesa de consumo, mostrada mais adiante. Ou seja, apesar da elevação da desigualdade da distribuição da renda familiar *per capita* do Brasil metropolitano medida pela elevação do índice de Gini, a decomposição acima sugere que tal movimento não é inconsistente, ao menos, com a diminuição da desigualdade na distribuição dos gastos em consumo. Uma compreensão maior da dinâmica da desigualdade dos gastos é obtida considerando-se as evidências das próximas subseções.

⁴ Tal decomposição difere ligeiramente daquelas utilizadas por Soares (2006) e Hoffman (2006), mas coincide com a utilizada por Kakwani, et.al. (2006).

3.3 Decomposição do nível de desigualdade da distribuição dos gastos globais e do consumo entre 1996 e 2003

A tabela 4, a seguir, apresenta uma primeira decomposição possível para os gastos totais, aquela entre os gastos de consumo e demais gastos. Como os gastos de consumo estão mais diretamente vinculados aos níveis de bem-estar da população, é interessante saber, a princípio, em que medida a queda da desigualdade dos gastos totais verificada acima é explicada pela dinâmica destes gastos, uma situação que poderia ser mais rigorosamente interpretada como de diminuição de desigualdade de bem-estar entre a população.

Dois observações imediatas podem ser feitas a respeito dos números apresentados. Primeiro, os gastos de consumo representam mais de 70% dos gastos totais e tal parcela apresenta um pequeno aumento entre 1996 e 2003. Segundo, nota-se que os gastos em consumo apresentam um índice de concentração inferior ao dos demais gastos, em ambos os anos. Relembre-se, a este respeito, que os demais gastos são compostos pelos impostos, taxas e aquisição de imóveis e veículos, sendo desta forma, em certa medida, esperado que este tipo de gastos esteja concentrado na parcela das famílias com maior dispêndio *per capita*.

Tabela 4 - Participação dos diferentes gastos nos gastos globais (α_i) e coeficientes de concentração (C_i) para o índice de Gini dos Gastos globais *per capita* - Brasil Metropolitanano

	α_i		C_i	
	1996	2003	1996	2003
Consumo	0,711	0,714	0,511	0,502
Demais Gastos	0,289	0,286	0,747	0,720
Gastos Globais	1,000	1,000	0,579	0,564

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da PNAD e da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

A partir dos coeficientes de concentração da tabela 4, observa-se que o grau de concentração dos dois itens que compõem os gastos totais foi reduzido entre 1996 e 2003, ou seja, a redução da desigualdade dos gastos totais se deve tanto à tendência de desconcentração dos gastos de consumo, como dos demais gastos. Em particular, note-se que o índice de concentração dos gastos em consumo (demais gastos) era de 0,511 (0,747) em 1996, caindo para 0,502 (0,720) em 2003. Tal movimento, em conjunção com o aumento da participação deste tipo de gasto no total dos gastos, sugere que tal parcela dos gastos totais deve ter contribuído através de ambos os efeitos, participação e concentração, para redução da desigualdade dos gastos totais no Brasil metropolitanano. De fato, os números da tabela 5, a seguir, confirmam tal expectativa.

Tabela 5 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para os gastos globais – Brasil Metropolitanano – 1996-2003.

	Efeito-Participação (EP)	Efeito-Concentração (EC)	Efeito Total	Contrib. do EP (%)	Contrib. do EC (%)	Contrib. Total (%)
Consumo	-0,00024	-0,00816	-0,00840	1,37	46,10	47,47
Demais Gastos	-0,00060	-0,00869	-0,00930	3,42	49,11	52,53
Gastos Globais	-0,000847	-0,016862	-0,017709	4,78	95,22	100,00

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

A primeira linha da tabela 5 revela que tanto o efeito-participação como o efeito-concentração dos gastos em consumo atuam, de fato, no sentido de reduzir o índice de Gini dos gastos totais, sendo a magnitude do efeito concentração bem superior ao do efeito participação. O pequeno aumento da participação dos gastos em consumo, aliado ao fato da média do coeficiente de concentração destes gastos ser inferior à média do índice de Gini nos dois períodos, faz com que o efeito participação do consumo seja negativo (-0.00024), contribuindo assim para que a variação do Gini dos gastos totais também seja também seja (-0.01771). Da mesma forma, a redução do coeficiente de concentração dos gastos em consumo faz com que o efeito concentração seja mais uma vez negativo (-0.00816), contribuindo, para o resultado anterior.

Nas últimas três colunas da primeira linha encontram-se o percentual de quanto a variação dos gastos em consumo contribuiu para desconcentração dos gastos totais. Percebe-se que os gastos em consumo foram responsáveis por quase a metade da desconcentração dos gastos totais (47,5%), dos quais 1,4% foi devido ao efeito participação e 46,1% deveu-se ao efeito-concentração. Por outro lado, a segunda linha da tabela 3 revela a participação dos demais gastos sobre a redução da concentração dos gastos totais medido pelo Gini. Note-se que tais gastos contribuíram com 52,5% da redução do Gini dos gastos globais, com o efeito-participação contribuindo com 3,4 % desta redução e os restantes 49,1% devendo-se ao efeito-concentração.

Este resultado revela que, de fato, os gastos dos brasileiros apresentaram significativa desconcentração de renda após a estabilização econômica advinda do Plano Real e que para este movimento contribuíram tanto os gastos de consumo, que se distribuíram mais a favor dos que consumiam menos no início do período, com os demais gastos. Ressalte-se, mais uma vez, que tal movimento ocorre em meio à tendência de elevação da concentração da renda, seja esta medida pela POF ou através da PNAD.

A maior contribuição dos demais gastos na redução do Gini sugere algumas interpretações. O aumento dos tributos e tarifas em geral, juntamente com o congelamento da tabela do imposto de renda, elevou a carga tributária das classes média e média baixa, o que, sugerindo uma redução da progressividade dos impostos das famílias, pode ter gerado uma desconcentração dos gastos em não-consumo. Este fenômeno tendeu a diminuir os gastos desta parcela da população com aquisição de imóveis, levando a uma maior homogeneização dos gastos e, assim, à redução do índice de Gini dos gastos globais.

Por seu turno, como também não houve crescimento da renda *per capita*, muito provavelmente a desconcentração dos gastos de consumo deve, em parte, ser explicada pela expansão do crédito e melhor planejamento dos gastos em um ambiente de baixa inflação. Contudo, uma maior compreensão de como as despesas em consumo contribuíram para a desconcentração dos gastos globais pode ser obtida a partir de uma decomposição particular da desigualdade destas despesas. Neste sentido, a tabela 6, a seguir, apresenta as participações e os coeficientes de participação para diferentes grupos de despesas que compõem os gastos em consumo, o que permite observar, para os dois anos, tanto a importância de cada gasto, como o seu grau de concentração em relação àquele da despesa de consumo como um todo.

Tabela 6 – Participação dos diferentes gastos no consumo total (α_i) e coeficiente de concentração (C_i) para o índice de Gini da distribuição dos gastos familiar *per capita* em Consumo - Brasil Metropolitano

Sub-grupos de despesa	α_i		C_i	
	1996	2003	1996	2003
Alimentação	0,246	0,229	0,413	0,426
Habitação	0,302	0,284	0,568	0,502
Vestuário	0,069	0,060	0,477	0,450
Transporte	0,144	0,157	0,540	0,539
Saúde	0,020	0,083	0,469	0,594
Higiene e Cuidados Pessoais	0,097	0,025	0,587	0,439
Serviços Pessoais	0,015	0,014	0,258	0,547
Recreação e Cultura	0,037	0,036	0,627	0,617
Educação	0,017	0,066	0,551	0,686
Despesas Diversas	0,052	0,045	0,656	0,560
Gastos em consumo	1,000	1,000	0,521	0,513

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

Observa-se, inicialmente, que os dois grupos de maior participação nos gastos em consumo são Alimentação e Habitação que, conjuntamente, correspondem a cerca de 50% do consumo total. Mais especificamente, em 1996 a Alimentação e Habitação correspondiam respectivamente a 25% e 30% dos gastos em consumo, participação esta que, em 2003 teve uma pequena redução para respectivamente 23% e 28%. Por sua vez, entre 1996 e 2003, os grupos que mais elevaram sua participação nos gastos em consumo foram Saúde (de 2% para 8%) e Educação (de 1,7% para 7%). Por outro lado, entre os grupos que apresentaram queda na participação, higiene pessoal foi o que obteve maior queda. Em 1996 este item representava 9,7% dos gastos em consumo reduzindo sua participação para 2,5% em 2003.

Em termos de dinâmica de concentração, os valores tabela 5 indicam uma redução do Gini nos gastos em consumo no período de 1,5% (Gini passa de 0,520, em 1996, para 0,513, em 2003), ou seja, não só o movimento destes gastos beneficiou as famílias de menor gasto total *per capita* (como observado na tabela 4), mas também as famílias de menor gasto em consumo *per capita*. Estes movimentos em mesmo sentido permitem associar os movimentos dos sub-grupos de despesa de consumo àquele observado para os gastos totais.

Note-se, porém, de início, que os sub-grupos de despesa de Serviços Pessoais, Alimentação, Vestuário e Saúde apresentam menores níveis de concentração que aquele observado para o gasto total de consumo em 1996, o que parece de acordo com as expectativas, já que, exceto provavelmente no caso dos gastos em Saúde, tais grupos apresentam produtos de baixo valor adicionado, sendo, assim, mais acessíveis. Contudo, em 2003, apenas as despesas com Alimentação e Vestuário permaneciam menos concentradas que aquelas dos gastos totais de consumo, havendo mesmo elevação da concentração no caso da Alimentação. Tais movimentos destes sub-grupos de despesas sugerem, então, que a redução da concentração dos gastos totais de consumo deve preponderantemente ser explicada pelos sub-grupos inicialmente com despesas mais concentradas.

De fato, dos sub-grupos de despesas que apresentavam coeficientes de concentração acima daquele observado para o Gini referente às despesas totais de consumo em 1996, especificamente, Recreação e Cultura, Higiene e Cuidados Pessoais,

Habitação, Educação, Despesas Diversas e Transporte, apenas os gastos com Educação apresentam trajetória de elevação da concentração. Este movimento dos gastos com Educação, dados seus potenciais impactos futuros sobre a desigualdade, e aquele das despesas com Habitação, dado o seu peso nos gastos totais de consumo (mais de 30% do total), merecem ser destacados e sugerem algumas explicações imediatas, discutidas a seguir.

Na tabela 7, a seguir, são apresentados os valores e as contribuições percentuais dos efeitos participação e concentração (equação (4)) de cada tipo de gasto em consumo para a diminuição observada no índice de Gini da distribuição do consumo familiar *per capita* entre 1996 e 2003.

Tabela 7 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para a distribuição dos gastos familiar *per capita* em Consumo – Brasil Metropolitano.

	Efeito- Participação (EP)	Efeito- Concentração (EC)	Efeito Total	Contribuição do EP (%)	Contribuição do EC (%)	Contrib. Total (%)
Alimentação	0,00173	0,00317	0,00490	-20,80	-38,10	-58,90
Habitação	-0,00033	-0,01955	-0,01988	4,00	234,83	238,83
Vestuário	0,00047	-0,00178	-0,00131	-5,64	21,48	15,84
Transporte	0,00028	-0,00018	0,00010	-3,44	2,25	-1,20
Saúde	0,00092	0,00644	0,00736	-11,08	-77,37	-88,46
Higiene e Cuidados Pessoais	0,00029	-0,00894	-0,00865	-3,54	107,42	103,88
Serviços Pessoais	0,00008	0,00424	0,00432	-1,01	-50,98	-51,98
Recreação e Cultura	-0,00009	-0,00035	-0,00045	1,16	4,27	5,44
Educação	0,00495	0,00558	0,01053	-59,49	-67,08	-126,56
Outros	-0,000603	-0,00465	-0,00525	7,24	55,87	63,11
Gastos em Consumo	0,007710	-0,016037	-0,0083	-92,59	192,59	100,00

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

Como já sugerido pelas evidências da tabela 6, as evidências apresentadas na tabela 7, acima, indicam que o grupo de produtos que mais contribuiu para redução da concentração foi o dos gastos com Habitação. Uma vez que o coeficiente médio de concentração da habitação é superior ao da média do índice de Gini nos dois períodos, a queda da participação deste grupo no consumo total influencia positivamente, a redução do Gini em 4%. Da mesma forma, uma vez que o grupo de gastos com Habitação tem uma alta participação nos gastos totais, a queda no seu coeficiente de concentração, influencia positivamente a redução do Gini (234,8%). Assim, os produtos do grupo Habitação contribuíram no total em 238,4%, para redução da concentração dos gastos em consumo medida pelo índice de Gini.

O segundo grupo de maior impacto favorável à redução do Gini é aquele de gastos com Higiene e Cuidados Pessoais. Como o seu coeficiente de concentração médio nos dois períodos é inferior à média do índice de Gini, a expressiva queda na participação deste grupo nas despesas em consumo reflete-se negativamente na redução do Gini (-3.5%). Porém, esta contribuição negativa é mais do que superada pela queda no coeficiente de concentração, responsável por uma contribuição positiva sobre o efeito

total em 107%. Desta forma, conjuntamente os efeitos participação e concentração contribuem em 103%, para redução do Gini da distribuição do Consumo.

A redução do Gini da distribuição do consumo familiar *per capita* só não ocorre de forma mais acentuada em virtude do aumento na concentração dos gastos de três importantes grupos de produtos: Saúde, Educação e Alimentação. Todos estes três componentes apresentaram efeitos participação e concentração no sentido de elevação do índice de Gini da distribuição do consumo familiar *per capita*. Em particular, tais efeitos para os gastos em Saúde e Educação são produtos de significativas elevações das participações destes gastos no total de consumo (juntos passam a representar quase 15% dos gastos totais em consumo) e de movimentos de maior concentração destes gastos a partir já níveis inicialmente elevados de concentração (o efeito-concentração para os gastos em Educação é de mais de 126% da variação do Gini, já tal efeito para os gastos em Saúde chega a 88,5% da variação deste indicador).

Estes movimentos em sentidos contrários de acordo com os diferentes tipos de gastos em consumo (pró e contra a redução do Gini para distribuição dos gastos familiar *per capita* em consumo) permitem levantar algumas hipóteses a respeito da dinâmica dos consumo familiar *per capita* do Brasil metropolitano. Uma primeira está relacionada com a desconcentração dos gastos em Habitação. Como em tal rubrica estão incluídas as despesas com telefonia e eletricidade, é possível que o movimento em direção à menor desigualdade dos gastos destes componentes esteja associado às privatizações ocorridas no período anterior a 2002, que permitiram o acesso à utilização desses serviços para famílias de menores gastos totais em consumo. Quanto ao movimento dos gastos com Higiene e Cuidados Pessoais, este pode ter ocorrido, ao menos em parte, devido ao barateamento de produtos como maquiagem, xampu, perfumes, etc., decorrente da abertura comercial da economia brasileira e, ao mesmo tempo, à estabilização de seus preços relativos que teria popularizado a utilização desses produtos.

Por outro lado, a expressiva concentração dos gastos no grupo saúde parece passível de ser entendida a partir de dois movimentos: o barateamento dos remédios, com o surgimento dos genéricos, e a elevação dos gastos com planos saúde. Segundo Diniz et. al. (2007), por exemplo, em 1996, perto de 77% dos gastos com saúde dos 20% mais pobres era com remédios; assim, o barateamento dos preços desses produtos pode ter propiciado uma redução de sua participação nos gastos do grupo como todo (estimada em 58%), reduzindo-se os gastos com este grupo para as faixas de renda mais baixa. Por sua vez, em 1996, os 20% mais ricos comprometiam em média 33% de suas rendas com gastos em saúde, despesas estas que se elevaram para 43% em 2003.

No que se refere aos gastos com Educação, atente-se que, para as classes de renda mais baixa, tal despesa é praticamente nula, o que significa que o aumento da concentração desses gastos ocorre em virtude da elevação dos gastos dos últimos décimos de renda, ou seja, para as famílias de mais elevadas renda e consumo *per capita*. Além disto, como revelam Castro e Vaz (2007, pg 84), os preços relativos dos serviços educacionais praticamente não se alteraram entre 1996 e 2003 quando medidos pelo IPC – FIPE, o que sugere que o aumento da concentração para os gastos em serviços educacionais decorre da maior utilização efetiva destes por parte das classes de média e elevada rendas, provavelmente ou principalmente, o ensino superior.

Por fim, a maior concentração dos gastos com alimentação pode ter tido sua origem, em parte, no barateamento de produtos antes considerados bens de luxo.

Produtos como carne de primeira, derivados do leite e frutas, por exemplo, que em 1996 apresentavam uma alta elasticidade renda (Menezes, et. al. 2007), apresentaram redução de seus preços relativos, o que teria aumentado seu consumo por parte das faixas de renda mais elevadas; tais produtos, contudo, permanecem inacessíveis para as classes de menor consumo familiar *per capita*.

4. Diferenciações regionais: decompondo a dinâmica da desigualdade do consumo para as Regiões Metropolitanas do Recife e de São Paulo

Como mostrou recentemente Hoffman (2006), a diminuição da desigualdade de renda ocorrida no Brasil nos últimos anos apresenta importantes diferenças regionais. Em particular, por exemplo, enquanto para a região Nordeste a evolução das transferências públicas de renda apresenta papel preponderante na explicação desta queda da desigualdade, para os estados da região Sudeste tal dinâmica desta fonte de renda é muito menos importante, estando a redução da desigualdade mais vinculada à dinâmica da renda do trabalho. Na medida em que as transferências de renda estão direcionadas para famílias de baixa renda, com mais alta propensão a consumir, deve-se esperar diferenciações regionais também quanto à dinâmica de evolução da desigualdade dos gastos familiares e, em particular, dos gastos em consumo.

A partir dos casos específicos das Regiões metropolitanas de Recife, a mais populosa da macro-região mais pobre do país (Nordeste), e São Paulo, a mais populosa da macro-região mais rica do país (Sudeste), são apresentadas nesta sub-seção evidências a respeito das distinções regionais quanto à dinâmica de desigualdade dos gastos familiar *per capita*⁵. O exercício começa, contudo, confirmando as diferenciações regionais quanto à dinâmica da desigualdade da renda para as duas RMs apontadas por Hoffman (2006).

4.1 Diferenciações regionais na evolução dos níveis de desigualdade da renda

Neste sentido, destaque-se, logo de início, uma diferença mais fundamental entre as RMs: enquanto há diminuição da desigualdade de renda quando medida pelo índice de Gini na RM do Recife (Gini cai de 0,6053, em 1996, para 0,5995, em 2003), na RM de São Paulo ocorre elevação do nível de desigualdade de renda quando medido pelo Gini (de 0,5365 para 0,5611). Como permitem perceber os valores da tabela 8, a seguir, utilizando-se a decomposição representada pela equação (4) para as distribuições da renda familiar *per capita* das RMs do Recife e de São Paulo e a mesma partição de renda da tabela 3, confirma-se a maior importância das transferências públicas de renda para a diminuição da desigualdade na RM do Recife quando comparada com a mesma influência para a RM de São Paulo

⁵ Em 2003, cerca de 34,4% da população nordestina que vivia nas RMs da região localizava-se na RM do Recife; por sua vez, a RM de São Paulo continha 54,1% da população de todas as RMs do Sudeste. Os resultados para demais RMs do país, não apresentados por razões de espaço, podem ser prontamente disponibilizados pelos autores.

Tabela 8 – Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para distribuição da renda domiciliar *per capita* – Regiões Metropolitanas do Recife e de São Paulo – 1996-2003

	Recife			São Paulo		
	Cont. do efeito-participação (%)	Cont. do efeito-concentração (%)	Cont. Total (%)	Cont. do efeito-participação (%)	Cont. do efeito-concentração (%)	Cont. Total (%)
Renda do Trabalho	-16,4	75,8	59,5	0,3	85,1	85,3
Aposentadorias e Pensões	-42,5	-49,2	-91,7	-10,0	31,5	21,4
Juros, dividendos e transferências	16,4	65,0	81,3	-1,2	-2,7	-3,9
Aluguéis e doações	-4,1	55,0	50,9	-6,9	4,0	-2,9
Renda Total	-46,6	146,6	100,0	-17,8	117,8	100,0

Fonte: cálculo dos autores a partir de dados da PNAD.

De fato, embora o componente “juros, dividendos e transferências” contribua, em ambos os casos, para diminuição da desigualdade, sua influência é muito mais importante para RM do Recife, onde é responsável por cerca de 81% da queda do Gini. Outra diferença importante diz respeito ao papel da renda do trabalho, que favorece a desconcentração na RM do Recife e contribui para elevação da desigualdade na RM de São Paulo. Em comum, destaque-se a influência da rendas das aposentadorias e pensões, que, nos dois casos, apresenta tendência à elevação da desigualdade. Como se amostra a seguir, tais diferenças parecem ter condicionado de forma importante a evolução da desigualdade dos gastos nas duas RMs.

4.2 Diferenciações regionais na evolução dos níveis de desigualdade dos dispêndios

Considerando-se, de início, a decomposição dos gastos totais entre consumo e demais despesas, a tabela 9, a seguir, já apresenta diferenças importantes entre as duas RMs. Primeiro, note-se que, em ambos os casos, há redução da desigualdade do gasto familiar *per capita* (medida pelo índice de Gini), sendo tal movimento de responsabilidade tanto dos gastos de consumo, como dos demais gastos (ambos os coeficientes de concentração diminuem nas duas RMs). Entretanto, esta diminuição da desigualdade é maior na RM do Recife, onde a parcela dos gastos em consumo é sempre maior, do que em São Paulo.

Tabela 9 - Participação dos gastos nos gastos globais (α_i) e coeficiente de concentração (C_i) para o índice de Gini da distribuição dos gastos globais familiar *per capita* – 1996-2003 -RMs

	Recife				São Paulo			
	α_i		C_i		α_i		C_i	
	1996	2003	1996	2003	1996	2003	1996	2003
Consumo	0,800	0,758	0,548	0,493	0,698	0,704	0,489	0,478
Demais gastos	0,200	0,242	0,760	0,741	0,302	0,296	0,715	0,676
Total	1,000	1,000	0,590	0,553	1,000	1,000	0,558	0,537

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE

Tais valores são utilizados para obtenção das contribuições dos efeitos participação e concentração para evolução da desigualdade dos gastos nas RMs do Recife e de São Paulo, apresentadas na tabela 10, a seguir.

Tabela 10 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para a distribuição dos gastos globais familiar *per capita* – 1996-2003 - RMs

	Efeito Participação (EP)	Efeito Concentração (EC)	Efeito Total	Contrib. do EP (%)	Contrib. do EC (%)	Contrib. Total (%)
Recife						
Consumo Demais Gastos	0,0022	-0,0424	-0,0402	-5,87	114,67	108,80
Gastos Globais	0,0076	-0,0043	0,0033	-20,47	11,66	-8,80
Gastos Globais	0,0097	-0,0467	-0,0370	-26,33	126,33	100,00
São Paulo						
Consumo Demais Gastos	-0,00038	-0,00745	-0,00783	1,85	36,49	38,34
Gastos Globais	-0,00088	-0,0117	-0,01259	4,33	57,33	61,66
Gastos Globais	-0,00126	-0,01915	-0,02042	6,18	93,82	100,00

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

Há duas diferenças fundamentais a destacar a respeito dos valores da tabela 10. Primeiro, note-se que enquanto para o caso da RM do Recife apenas os gastos em consumo contribuem para diminuição da desigualdade, na RM de São Paulo, tanto a dinâmica deste tipo de gasto como aquela dos “demais gastos” contribuem para queda da desigualdade dos gastos totais nesta RM. Além disto, é notável a diferença entre as RM quanto ao papel dos gastos em consumo: enquanto na RM de Recife tal tipo de gasto explica a totalidade da queda da desigualdade dos gastos totais (108,8%), na RM de São Paulo este responsável apenas por cerca de 38% da diminuição do Gini.

Observe-se que tais diferenciações são consistentes, primeiro, com a queda da desigualdade da renda na RM do Recife e a elevação desta na RM de São Paulo (medidas pelo Gini), segundo, com o mais importante papel das transferências públicas de renda na diminuição da desigualdade de renda na RM do Recife⁶ e, terceiro, com a maior importância dos “demais gastos” na RM de São Paulo, seguramente relacionada com o maior grau de formalização de sua economia⁷. As decomposições dos gastos em consumo para as duas RMs, apresentadas a seguir, confirmam a consistência destas associações.

4.3 Diferenciações regionais na evolução dos níveis de desigualdade no consumo

A partir da mesma subdivisão dos gastos em consumo apresentada para o Brasil metropolitano nas tabelas 6 e 7, a tabelas 11, a seguir, apresenta as participações e os coeficientes de concentração nos anos de 1996 e 2003 paradas as distribuições do consumo familiar *per capita*, respectivamente, das RMs do Recife e de São Paulo.

⁶ Como de certa forma esperado, dada sua importância no universo das RMs do país, as evidências para a RM de São Paulo são semelhantes àquelas obtidas para o Brasil metropolitano como um todo.

⁷ Relembre-se que nesta rubrica estão incluídas, entre outras, as despesas com impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, previdência privada e com aquisição e prestações de imóveis.

Tabela 11 – Participação dos diferentes gastos no consumo total (α_i) e coeficiente de concentração (C_i) para o índice de Gini da distribuição dos gastos familiar *per capita* em Consumo

Sub-grupos de despesa	α_i		C_i	
	1996	2003	1996	2003
Recife				
Alimentação	0,294	0,280	0,428	0,411
Habitação	0,273	0,276	0,617	0,516
Vestuário	0,075	0,073	0,492	0,447
Transporte	0,122	0,124	0,560	0,565
Saúde	0,025	0,086	0,488	0,602
Higiene e Cuidados Pessoais	0,097	0,033	0,656	0,398
Serviços Pessoais	0,013	0,014	0,311	0,536
Recreação e Cultura	0,031	0,029	0,695	0,579
Educação	0,016	0,054	0,544	0,641
Despesas Diversas	0,055	0,032	0,703	0,590
Gastos de consumo total	1,000	1,000	0,548	0,502
São Paulo				
Alimentação	0,233	0,212	0,424	0,435
Habitação	0,313	0,288	0,540	0,453
Vestuário	0,065	0,058	0,489	0,442
Transporte	0,152	0,160	0,495	0,499
Saúde	0,019	0,078	0,497	0,549
Higiene e Cuidados Pessoais	0,099	0,022	0,556	0,432
Serviços Pessoais	0,017	0,014	0,219	0,509
Recreação e Cultura	0,037	0,038	0,597	0,607
Educação	0,017	0,075	0,533	0,680
Despesas Diversas	0,049	0,055	0,631	0,597
Gastos de consumo total	1,000	1,000	0,505	0,495

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

A primeira evidência importante a destacar diz respeito à maior queda da desigualdade da distribuição do consumo familiar *per capita* na RM do Recife quando medida pelo Gini (queda de 8,9% nesta RM e de 2% na RM de São Paulo nos valores índices). Resultado consistente tanto com queda da desigualdade da renda nesta RM, como com a importância das transferências de renda para este movimento.

Em termos de participação na despesa total de consumo, a diferença a destacar entre as RMs diz respeito ao maior peso da despesa com alimentação na RM do Recife (28% do total nesta RM e 21% na RM de São Paulo em 2003), mas, em ambas as RMs, tal despesa perde espaço para as demais. De fato, as alterações mais importantes nas participações, presentes nas duas RMs, são as elevações das despesas com Saúde e Educação, que, juntas correspondiam a 4% e 3,6% dos gastos totais em consumo das famílias, respectivamente, para as RMs de Recife e São Paulo em 1996, passando a representar 14% e 15,3% do total, na mesma ordem, para tais RMs em 2003.

Note-se que, além de maior peso, tais despesas com Saúde e Educação tornam-se mais concentradas nas duas RMs (há elevação dos respectivos coeficientes de concentração), o mesmo acontecendo com as despesas de Transportes e com Serviços Pessoais. Mas há diferenças importantes com respeito às despesas com Alimentação, principalmente, e com Recreação e Cultura, pois ambas tornam-se menos concentradas na RM do Recife e mais na RM de São Paulo. Perceba-se que, nestes dois últimos casos, ao contrário do que se verifica na RM de São Paulo, o ocorrido na RM do Recife difere do ocorrido para o Brasil metropolitano como um todo. Tais semelhanças e diferenças

entre as referidas RMs permitem entender a importância dos diferentes tipos de despesa em consumo nas duas RMs, mostradas nas tabelas 12 e 13, a seguir.

Tabela 12 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para a distribuição dos gastos familiar *per capita* em Consumo – Região Metropolitana do Recife – 1996-2003.

	Efeito Participação (EP)	Efeito Concentração (EC)	Efeito Total	Contribuição do EP (%)	Contribuição do EC (%)	Contrib. Total (%)
Alimentação	0,0015	-0,0047	-0,0032	-3,28	10,42	7,15
Habitação	0,0001	-0,0279	-0,0278	-0,23	61,59	61,36
Vestuário	0,0001	-0,0033	-0,0032	-0,22	7,22	7,00
Transporte	0,0001	0,0006	0,0006	-0,16	-1,27	-1,42
Saúde	0,0012	0,0064	0,0076	-2,70	-14,00	-16,70
Higiene e Cuidados Pessoais	-0,0001	-0,0167	-0,0168	0,30	36,80	37,10
Serviços Pessoais	-0,0001	0,0030	0,0029	0,19	-6,64	-6,45
Recreação e Cultura	-0,0002	-0,0035	-0,0037	0,45	7,72	8,17
Educação	0,0025	0,0034	0,0059	-5,62	-7,46	-13,08
Outros	-0,0027	-0,0049	-0,0077	6,02	10,85	16,88
Gastos em Consumo	0,0024	-0,0477	-0,0454	-5,25	105,25	100,00

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

Tabela 13 - Decomposição da variação do índice de Gini (ΔG) para a distribuição dos gastos familiar *per capita* em Consumo – Região Metropolitana de São Paulo – 1996-2003.

	Efeito Participação (EP)	Efeito Concentração (EC)	Efeito Total	Contribuição do EP (%)	Contribuição do EC (%)	Contrib. Total (%)
Alimentação	0,00148	0,00245	0,00393	-14,38	-23,73	-38,11
Habitação	0,00007	-0,02615	-0,02608	-0,72	253,75	253,03
Vestuário	0,00026	-0,00292	-0,00266	-2,49	28,35	25,85
Transporte	-0,00002	0,00073	0,00071	0,19	-7,11	-6,91
Saúde	0,00136	0,00249	0,00385	-13,20	-24,13	-37,33
Higiene e Cuidados Pessoais	0,00044	-0,00754	-0,00711	-4,22	73,18	68,96
Serviços Pessoais	0,00029	0,00449	0,00477	-2,77	-43,51	-46,28
Recreação e Cultura	0,00010	0,00036	0,00046	-0,96	-3,54	-4,49
Educação	0,00619	0,00673	0,01291	-60,02	-65,25	-125,27
Outros	0,00069	-0,00178	-0,00109	-6,74	17,29	10,55
Gastos em Consumo	0,01085	-0,02116	-0,01031	-105,31	205,31	100,00

Fonte: cálculo dos autores a partir dos micro dados da POF. Valores de 1996 inflacionados utilizando-se o INPC-IBGE.

Como verificado para o Brasil metropolitano, nas duas RMs, os dois principais componentes de gastos responsáveis pela diminuição da desigualdade do consumo entre 1996 e 2003 foram as despesas de Habitação, principalmente, e Higiene e Cuidados Pessoais, embora o primeiro tipo de despesa tenha sido relativamente muito mais forte na RM de São Paulo (253% da variação do Gini). Por outro lado, nas duas RMs, as despesas

de Saúde e Educação impediram uma maior queda do Gini. Perceba-se que no caso da RM do Recife, estas despesas são as únicas quantitativamente relevantes a impedir uma maior queda do Gini.

As diferenças entre as RMs são encontradas nas despesas de Alimentação e de Recreação e Cultura (ambas, pró queda da desigualdade na RM do Recife, mas não na de São Paulo). Tal comportamento da despesa com Alimentação é, mais uma vez, passível de associação imediata com a queda da desigualdade da renda e com a importância das transferências de renda para este movimento na RM do Recife.

5. Conclusões

Diferentemente da maior parte das evidências disponíveis, neste trabalho foram utilizados micro dados de gastos e consumo, e não apenas de renda, para avaliar a evolução do nível de desigualdade na distribuição de bem-estar para o Brasil metropolitano entre os biênios 1995-06 e 2002-03. Ao contrário do verificado para a distribuição da renda familiar *per capita*, as evidências encontradas indicam que a queda da desigualdade ocorre tanto para os gastos, como para o consumo familiar *per capita*.

Mais especificamente, a partir da decomposição do índice de Gini para a desigualdade da distribuição dos gastos, as evidências obtidas também indicam que a queda da desigualdade da distribuição do consumo familiar *per capita* é responsável por cerca de 47,5% da redução do índice de Gini para a distribuição dos gastos familiar *per capita*, sendo o restante de responsabilidade das demais despesas (outras despesas correntes, aumento de ativos ou diminuição de passivos). Por sua vez, a decomposição do índice de Gini para a desigualdade da distribuição do consumo indicou que, por um lado, as dinâmicas dos gastos com Habitação, Higiene e Cuidados Pessoais e Vestuário favoreceram a diminuição da desigualdade na distribuição do consumo e que, por outro, as dinâmicas dos gastos com Educação, Saúde, Alimentação e Serviços Pessoais impediram uma maior diminuição desta desigualdade, uma vez que apresentaram maiores níveis de concentração no biênio 2002-03.

Por fim, a consideração dos casos específicos das RMs do Recife e de São Paulo permitiu evidenciar diferenças regionais importantes. Medida a desigualdade pelo índice de Gini, tanto para os gastos totais, como para os gastos em consumo, observou-se uma maior queda da desigualdade na primeira RM. Além disto, diferentemente do caso da RM de São Paulo, tal diminuição da desigualdade na RM de Recife ocorre em meio a quedas da desigualdade da renda e da desigualdade dos gastos em Alimentação.

Referências Bibliográficas

- Barros, R. Carvalho, M. Franco, S. Mendonça, R., Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.117-147, junho 2006.
- Castro, J. A.; Vaz, F. M. Gastos das Famílias com Educação in Silveira, F; Santos, L; Menezes, T.; Piola, S. (Org.) *Gastos e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*. 1ª ed. Brasília-BR, Editora IPEA, v. 2, 2007, p. 77 - 104.
- Diniz, B. P. C.; Silveira, F. G.; Bertasso, B.F.; Magalhães, L.C.; Servo, L. M. S. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil in Silveira, F; Santos, L; Menezes, T.; Piola, S. (Org.) *Gastos e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*. 1ª ed. Brasília-BR, Editora IPEA, v. 2, 2007, p. 17- 74.

- Ferreira, F.H.G., Leite, P. G., Litchfield, J. A., Ulyseia, G. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.147-171, junho 2006.
- Hoffmann, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of *per capita* household income in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.149-171, maio 2004.
- _____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.55-81, junho 2006.
- Kakwani, N., Neri, M., Son, H. H. Pro-Poor Growth and Social Programmes in Brazil. In: Encontro Nacional de Economia, Anais do Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2006.
- Menezes, T.; Silveira, F.G.; Diniz, B. P. C.; Magalhães, L.C. Elasticidade Renda dos Produtos Alimentares nas Regiões Metropolitanas Brasileiras: Uma aplicação da POF 1995/1996. *Estudos Econômicos* v. 37, n. 2, p. 329-352, 2007.
- Soares, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: IPEA, fev. 2006. (Textos para discussão, n.1166).
- _____. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.83-115, junho 2006.

Apêndice – A1: Descrição das Despesas Globais, divididas entre Gastos em Consumo e Demais Gastos

Despesas em consumo	
Alimentação	Cereais, leguminosas e oleaginosas; Farinhas, féculas e massas; Turbérculos e raízes; Açúcares e derivados; Legumes; Frutas; Carnes, Vísceras e pescados; Aves e ovos; Leites e derivados; Pães, Óleos e gorduras; Bebidas e infusões; Enlatados, Sal e condimentos; Alimentos preparados e Alimentação fora do domicílio.
Habitação	Aluguel; Serviços e taxas; Manutenção do lar; Artigos de Limpeza; Mobiliário e artigos do lar; Eletrodomésticos; Consertos de artigos do lar
Vestuário	Roupa de homem; Roupa de mulher; Roupa de criança; Calçados e apetrechos; Jóias e bijuterias; Tecidos e armarinhos
Transporte	Transporte Urbano; Gasolina e Álcool para veículo próprio; Manutenção de veículo próprio; Viagens.
Saúde	Remédios Plano/Seguro saúde; Consulta e tratamento dentário; Consulta médica; Tratamento ambulatorial; Serviços de cirurgia; Hospitalização; Exames diversos; Material de tratamento
Higiene e Cuidados Pessoais	Perfume; Produtos para cabelo; Sabonete; Instrumentos e produtos de uso pessoal
Despesas Pessoais	Cabeleireiro; Manicuro e pedicuro; Consertos de artigos pessoais;
Recreação e Cultura	Brinquedos e jogos; Celular e acessórios; Periódicos, livros e revistas; Diversões e esportes
Educação	Cursos Regulares; Curso Superior; Outros cursos; Livros didáticos; Artigos escolares
Demais despesas	
Outras despesas correntes	Impostos; Contribuições trabalhistas; Serviços bancários; Previdência Privada
Aumento do Ativo	Imóvel (aquisição); Imóvel (reforma); Outros Investimentos
Redução do Passivo	Empréstimo e carnê; Prestação de imóvel .